

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO

JOYCE LOPES PEDROSA
LUCAS OLIVEIRA FRANCO

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO NUTRICIONISTA NO
ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA

RECIFE - PE
JUNHO, 2022

JOYCE LOPES PEDROSA
LUCAS OLIVEIRA FRANCO

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO NUTRICIONISTA NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA,
como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em
Nutrição.

Professor(a) orientador(a): Mestra em Ciências Biológicas
Maria Helena Araújo Barreto Campello

RECIFE - PE

JUNHO, 2022

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

P372d Pedrosa, Joyce Lopes
Desafios e estratégias do nutricionista no âmbito da atenção básica. /
Joyce Lopes Pedrosa, Lucas Oliveira Franco. - Recife: O Autor, 2022.
26 p.

Orientador(a): Me. Maria Helena Araújo Barreto Campello.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Nutrição, 2022.

Inclui Referências.

1. Doenças crônicas não transmissíveis. 2. Sistema Único de
Saúde. 3. Segurança alimentar e nutricional. 4. Saúde da Família. I.
Franco, Lucas Oliveira. II. Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. III.
Título.

CDU: 612.39

Dedicamos este trabalho aos nossos familiares e amigos que sempre nos apoiaram em nossa trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos familiares e amigos por todo suporte e incentivo que nos foi dado ao longo desses 4 anos.

Agradecemos também a todos os professores e preceptores que nos passaram todo conhecimento essencial para a construção de nossa trajetória.

À nossa professora e orientadora Maria Helena Araújo Barreto Campello por todo suporte e orientação que foi dada ao longo da construção deste trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1. Atenção Básica	10
2.2. A influência do Nutricionista na Atenção Básica.....	11
2.3 O papel do nutricionista no combate às Doenças Crônicas Não Transmissíveis	13
6. MÉTODOS	14
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	15
8. CONCLUSÃO.....	20
REFERÊNCIAS	21

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO NUTRICIONISTA NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA

Joyce Lopes Pedrosa
Lucas Oliveira Franco

Professor(a) Orientador(a): Maria Helena Araújo Barreto Campello¹

RESUMO

O perfil epidemiológico atual do Brasil evidencia um aumento no surgimento de Doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), patologias estas que estão diretamente relacionadas ao padrão alimentar inadequado e ao consumo indiscriminado de alimentos industrializados e/ou ultra processados, sobretudo por recortes da população com menos informação sobre os agravos relacionados a este consumo. Diante disto, faz-se necessária uma maior atenção para o papel do profissional nutricionista no âmbito da saúde pública, tanto no atendimento primário, executado na atenção básica e os processos relacionados a esta, bem como na avaliação, debate e elaboração de políticas públicas que favoreçam os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). É o nutricionista que tem a capacidade de identificar os agravos clínicos relacionados à alimentação e nutrição da população e acompanhamento do estado nutricional dos pacientes, bem como contribuir para a avaliação dos dados obtidos acerca do padrão alimentar dos usuários, dentro das variáveis socioeconômicas e demográficas das regiões acobertadas pelas unidades da atenção básica em saúde. Atualmente, em diversas unidades da atenção básica e nos Núcleos de Atenção à Saúde da Família (NASF), observam-se desfalques na atuação dos nutricionistas, tanto por ausência de profissionais ou dificuldade devido a quantidade destes para que se ofereça o serviço de nutrição para os usuários com a devida qualidade. Diante do exposto, as disposições principais deste trabalho serão discutir sobre a atuação do nutricionista na atenção básica e os projetos relacionados a esta, contribuir para a reflexão sobre os desafios identificados para o trabalho dos nutricionistas dentro dos panoramas da atenção básica, bem como reforçar a compreensão do impacto que a atuação destes profissionais e de possíveis complicações na força de trabalho deles tem no estado nutricional e na saúde dos usuários, sobretudo com relação ao cuidado e tratamento das DCNTs e outros agravos clínicos relacionados a alimentação e nutrição.

Palavras-chave: Doenças crônicas não transmissíveis. Sistema Único de Saúde. Segurança alimentar e nutricional. Saúde da Família.

¹Maria Helena Araújo Barreto Campello. Prof^a Mestra em Ciências Biológicas.
Helenacampello.nutri@gmail.com

CHALLENGES AND STRATEGIES OF THE NUTRITIONIST IN THE SCOPE OF PRIMARY CARE

Joyce Lopes Pedrosa

Lucas Oliveira Franco

Teacher Advisor: Maria Helena Araújo Barreto Campello²

ABSTRACT

The current epidemiological profile in Brazil shows an increase in the emergence of Chronic Noncommunicable Diseases (NCDs). These pathologies are directly related to inadequate dietary patterns and the indiscriminate consumption of industrialized and ultra-processed foods, mainly due to the population's lack of information about the problems related to this consumption. Given this, it is necessary to pay more attention to the role of the nutritionist in the scope of public health, both in primary care, performed basic attention and in the processes related to it, as well as in the evaluation, debate and elaboration of public policies that favor users of the Unified Health System (SUS). It is the nutritionist who can identify clinical problems related to the food and nutrition of the population and keep track of the nutritional status of patients, as well as contribute to the evaluation of data obtained about the dietary pattern of the system's users, within the socio-economic and demographic variables of the regions covered by primary health care units. Currently, in several primary care units and the Family Health Care Centers (NASF), there are shortages in the performance of nutritionists, either due to the absence of professionals or difficulty due to the number of these offering the nutrition service to the users with acceptable quality. Given the above, the main provisions of this work will be to discuss the role of nutritionists in primary care and the projects related to it, to contribute to the reflection on the challenges identified for the work of nutritionists within the context of primary care, as well as to reinforce the understanding of the impact that the work of these professionals and possible complications in their workforce would have on the nutritional status and health of users, especially concerning the care and treatment of NCDs and other clinical problems related to food and nutrition.

Keywords: Non-communicable chronic diseases. Unified Health System. Food and nutrition security. Family Health.

¹Maria Helena Araújo Barreto Campello. Biological Sciences M.Sc. Helenacampello.nutri@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o direito à saúde e à alimentação são direitos humanos básicos, garantidos na constituição, estas garantias, bem como o combate à fome, são deveres do Estado. O reconhecimento do direito à alimentação de qualidade, através de políticas públicas, garante a sustentabilidade socioeconômica e socioambiental das populações, bem como a soberania alimentar, garantindo melhoria na qualidade de vida destas (MELO; BURCKHART, 2020).

Para fortalecer a Estratégia Saúde da Família e melhorar a qualidade da atenção básica à saúde, o Ministério da Saúde criou os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) pela portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008 (MATTOS; NEVES, 2009, p.14).

A alimentação de baixa qualidade é um dos principais fatores de risco modificáveis para as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), que são a principal causa de morbimortalidade no mundo. Para o enfrentamento desse cenário epidemiológico, existe o modelo assistencial da Atenção Básica em Saúde (ABS) brasileira. Esse modelo é centrado na Estratégia de Saúde da Família (ESF) e matriciado pelo Núcleo Ampliado de Saúde da Família na Atenção Básica (NASF-AB) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

A importância da atuação do nutricionista se dá de acordo com a situação epidemiológica brasileira, onde a presença de DCNT e carências nutricionais mostram uma má qualidade de hábitos alimentares e estilos de vida não saudáveis, e o NASF por sua vez, pretende favorecer a integração do nutricionista à equipe multiprofissional com ações primárias voltadas à alimentação e nutrição, o que abrange o cumprimento dos princípios da integralidade, universalidade e resolubilidade na Atenção Básica (AB) à saúde (MARQUES et al. 2015).

Entende-se que problematizar a inserção do nutricionista na Atenção Básica à Saúde é muito mais do que uma questão de reconhecimento, é defender o direito universal e integral a todos os usuários do SUS, como uma estratégia de promoção à saúde e prevenção de doenças e agravos (NEIS et al. 2012).

Este trabalho tem como objetivo mostrar a importância do nutricionista na atenção básica à saúde, correlacionado seu trabalho com o combate às DCNT's e seus agravos, sobretudo para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), assim como orientar e conscientizar sobre a atuação do nutricionista no âmbito da atenção

básica e o impacto positivo que estes profissionais geram na promoção de saúde de maneira geral, além de apresentar relação dos desafios encontrados aos aspectos nutricionais apresentados, de forma que atribua conhecimento a população geral.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Atenção básica

A atenção básica no SUS tem como objetivo garantir o acesso oportuno e integral, sob práticas de cuidado e gestão, democráticas e participativas, dirigidas a populações de territórios previamente definidos, operando na integração dos demais serviços e níveis de cuidado na saúde pública, sendo a primeira forma de atendimento direcionada à população (COSTA; SANTOS; MELO, 2014).

As ações de alimentação e nutrição na atenção básica buscam ampliar a qualidade dos planos de intervenção, identificando demandas e necessidades de maior frequência em cada território, sobretudo, em relação às doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), desde o desenvolvimento da gestação, passando pelo período de amamentação, na infância e nas demais fases da vida, tendo em vista que as práticas de alimentação saudáveis devem se fazer presentes em todas elas (CERVATO-MANCUSO et al., 2012).

O aumento da carga imposta pelas doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) evidencia a necessidade de se rever o atendimento nos serviços de saúde, buscando sua prevenção e um tratamento mais efetivo (CUPPARI, 2014, p. 77).

É relevante ressaltar a importância da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que é entendida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Um fator importante para a análise e que descreve as tendências e condições alimentares da população brasileira é a Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN), que surgiu no Brasil com a finalidade de proporcionar o diagnóstico da situação alimentar da população, bem como estabelecer inquéritos, chamadas nutricionais e produção

científica. Essas estratégias, inseridas dentro das políticas da VAN, compõem, portanto, as ações na vigilância de saúde dos brasileiros atendidos pelo SUS (NASCIMENTO; SILVA; JAIME, 2017).

O Sistema de vigilância alimentar e nutricional (SISVAN), elaborado para nortear ações, estratégias e políticas públicas voltadas a agravos nutricionais. Na atenção primária, o SISVAN busca levantar dados e identificar fatores de risco dentro da população de um determinado território, em todas as fases da vida (LIMA; SCHMIDT, 2018).

No que diz respeito ao NASF-AB (Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica), destaca-se a necessidade de apontar a importância e maior atenção na integração do nutricionista nos processos interdisciplinares da atenção básica, considerando que a ausência destes profissionais pode resultar em execuções superficiais nas ações relacionadas à alimentação e nutrição, área que é considerada essencial pra a promoção da saúde (PINTO et al. 2021).

O perfil epidemiológico da população brasileira justifica a inserção do componente alimentação e nutrição na Atenção Básica, conforme previsto nos documentos normativos que organizam e orientam o trabalho neste nível de atenção, como determinam a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a Política Nacional da Atenção Básica e a Política Nacional de Promoção da Saúde, entre outros dispositivos legais (SILVA et al. 2014).

O fortalecimento institucional destas políticas públicas impacta diretamente na identificação do impacto e tendência das transições nutricionais da população, além de seus fatores socioeconômicos, tais como gênero, idade, etnia e vigilância nas populações tradicionais, como os povos originários, e também os fatores ambientais. A Vigilância Alimentar e Nutricional contribui também para o controle e a participação social, assim como no diagnóstico da segurança alimentar e nutricional nos territórios (FRANÇA et al. 2017).

2.2 A influência do nutricionista na atenção básica à saúde

O surgimento da ciência da nutrição teve como propósito identificar e isolar os nutrientes presente nos alimentos, observando seus efeitos sobre determinadas

doenças. No entanto, percebeu-se que o efeito desses nutrientes individuais se mostrou insuficiente para explicar a relação entre alimentação e saúde, ou seja, o consumo do alimento como um todo tem seu efeito na proteção contra algumas doenças e não somente os nutrientes presentes nele (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

Com a inserção pelo Ministério da Saúde (MS) em 2008, o nutricionista passou a integrar a Atenção Básica (AB) em ações de apoio matricial a Equipe de Saúde da Família (SF), com intuito de dar assistência nutricional e promover saúde e nutrição, realizar cuidado nutricional em todas as faixas etárias e desenvolver estratégias preventivas e terapêuticas para DCNT'S, deficiências nutricionais e também o estímulo à produção e o consumo de alimentos saudáveis (BORELLI et al. 2014).

Segundo avaliações de usuários do SUS, quando questionados sobre o que pensavam sobre a unidade de saúde não contar mais com nutricionista, os relatos foram unânimes em salientar que seria uma grande perda para a comunidade, pois estes fornecem orientações e informações diferenciadas em relação a outros profissionais. A importância do nutricionista foi ressaltada em função de problemas de saúde ou doenças específicas na comunidade, justificando sua presença na unidade (PACHECO; RAMOS, 2014).

De acordo com Agentes Comunitários de Saúde (ACS), o nutricionista é de total importância na atenção básica, principalmente para o acompanhamento dos pacientes com doenças crônicas, que muitas vezes não sabem o que comer para melhorar a saúde. Além disso, esses profissionais têm sua importância na prevenção de doenças para os usuários, buscando melhoria da qualidade de vida, pautados em princípios éticos, socioeconômicos, epidemiológicos e culturais (LIMA et al. 2019).

Foi verificado que todas as regiões do município de São Paulo apresentaram quantidade diminuta dos nutricionistas no quadro de profissionais de saúde, em comparação a quantidade exigida pelas resoluções tanto na atuação em unidades de atenção básica e como integrantes do NASF, sendo as regiões socialmente mais vulneráveis aquelas com menor número de nutricionistas, e, portanto, menor acompanhamento dos pacientes em relação a doenças relacionadas a alimentação (CERVATO-MANCUSO et al. 2012).

É de extrema importância que não só o Nutricionista, mas, todos os profissionais de saúde conheçam e sejam orientados sobre as dificuldades

encontradas pelos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), para a obtenção de uma alimentação saudável, e assim, com essas informações possam atribuir a estratégias de intervenção adequada para cada indivíduo (LINDEMANN et al. 2016).

2.3 O papel do nutricionista no combate às doenças crônicas não transmissíveis

O padrão alimentar vem sofrendo alterações não só no Brasil, mas no mundo há substituição de alimentos *in-natura* ou minimamente processados por alimentos processados e ultra processados, contribuindo assim para um perfil nutricional inadequado, excesso na ingestão de calorias e baixa ingestão de nutrientes (CARVALHO et.al 2020).

Sabe-se que a ingestão de alimentos considerados poucos saudáveis, o consumo inadequado e a insegurança alimentar é bastante prejudicial para o ser humano, sendo no Brasil, um dos grandes fatores de risco, tanto pela falta de acesso aos alimentos e também pela ausência de informação para a população (MATTOS; NEVES, 2009).

Com o intuito de mapear as condições de saúde e riscos nutricionais de uma população, assim pondo em prática intervenções voltadas a promoção da saúde e qualidade de vida, o nutricionista deve estar presente em todas as áreas relacionadas a prevenção e o cuidado, também como o controle de distúrbios relacionados a uma má alimentação e/ou a ausência dela (MAIS et al, 2015).

Vários estudos apontam que o contexto social de uma pessoa irá influenciar o risco de exposição, grau de suscetibilidade, curso e resultado de uma doença independentemente de ser infecciosa, genética, metabólica, maligna ou degenerativa (COCKERHAM et al. 2017).

De acordo com Malta DC et al em 2018, doenças como, diabetes mellitus, hipertensão arterial, doenças cardiovasculares, câncer e doenças respiratórias crônicas são definidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT's), sendo estas responsáveis por 70% de todas as mortes no mundo.

Os principais fatores de risco para essas doenças são: sexo, idade e herança genética, sendo estes classificados como fatores não modificáveis, e também os comportamentais que são: tabagismo, alimentação não saudável, sedentarismo,

consumo de álcool e obesidade, sendo estes influenciados por outros aspectos como, cultura, fatores socioeconômicos e ambientais (SATO et al. 2017).

Projeções referentes às Doenças Cardiovasculares (DCV) indicam que serão elas a primeira causa de morte no mundo por décadas, e estima-se que em 2025, 80 a 90% desses casos serão em países de baixa e média renda (WISSNER, 2014).

A educação alimentar e nutricional é um dos pontos existentes para promoção de saúde (RODRIGUES; RONCADA, 2008), e escolhas alimentares mais saudáveis não só reduzem o peso corporal como levam a reduções na pressão arterial, melhora metabólica e riscos cardiovasculares (SCB, 2016).

Estudos nacionais e internacionais vêm mostrando o aumento significativo do consumo de alimentos ultra processados, principalmente em populações mais jovens, pela sua praticidade na preparação culinária ou em alguns casos já estão prontos para o consumo imediato. O consumo destes alimentos está diretamente relacionado a excesso de peso e fatores de risco para doenças cardiovasculares associados (ANDRETTA et al. 2021).

A alimentação associada com outros comportamentos interligados com a promoção à saúde, leva a necessidade da existência de medidas de avaliação para se identificar de maneira global os hábitos atuais existentes, assim trazendo à conhecimento os aspectos da alimentação e de outros fatores associados, sejam eles positivos ou negativos de um indivíduo ou grupo populacional, com intuito de estabelecer uma proposta de intervenção adequada (CUPPARI, 2014).

6. MÉTODOS

O presente estudo consta de uma revisão sistemática da literatura, realizada no período de agosto à dezembro de 2021 e janeiro a junho de 2022.

A pesquisa fora iniciada em agosto de 2021, com previsão de conclusão em maio de 2022, realizada prioritariamente via internet em plataformas de pesquisa, livros online, dissertações, artigos científicos, revistas científicas, monografias e teses.

Para pesquisa, foram consultadas as plataformas de dados referenciadas em saúde (*Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), *National Library of Medicine* (NIH), etc). Sendo utilizado como descrição para as buscas “atenção básica”, “nutrição em saúde

pública”, “educação nutricional”, “doenças crônicas não transmissíveis”, “*nutrition and health*” (nutrição e saúde), “nutrição e atenção primária”, buscando fontes condizentes com o tema do trabalho e que possam trazer linearidade ao mesmo, sendo estas registradas à medida que a pesquisa ocorreu, desde seu início.

Foram utilizados artigos, dissertações, entre outros, de língua portuguesa e inglesa, publicados dentro de um período de 10 anos, dando prioridade aos mais recentes, publicados entre os anos de 2017/2018/2019/2020/2021/2022.

O objetivo principal da pesquisa foi estabelecer uma correlação entre a atuação do nutricionista e o combate às doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), por ação direta na intervenção ou através da educação nutricional estabelecendo assim também uma correlação entre sua ausência e o agravamento crescente dessas patologias, sobretudo em grandes centros urbanos e áreas periféricas.

Dentre 49 fontes analisadas, foram utilizadas cerca de 39 fontes diferentes para a construção desta revisão, fontes estas buscadas entre os últimos 10 anos, e, portanto, sendo descartados 10 artigos, pois não eram de relevância para o estudo e/ou não se encaixavam dentro do período de 10 anos mais recentes.

Esta revisão não foi submetida à aprovação do Comitê de ética em Pesquisa, devido a não necessidade, pois todas as fontes consultadas são de livre acesso, em domínio público, não possuindo dados sigilosos e foram devidamente citadas dentro da revisão, referenciando seus respectivos autores respeitando as regras já previstas na ABNT.

Por ser uma revisão de literatura, não há riscos potenciais direcionados a grupos populacionais, sendo este utilizado apenas para fins acadêmicos e se possível, para publicação futuramente.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Castro em 2015, em um âmbito coletivo, os sistemas alimentares embora fundamentais para nossas escolhas individuais, não são suficientes para garantir práticas alimentares sustentáveis e saudáveis.

Segundo Andretta et.al 2019, o consumo de ultra processados tem maior prevalência pelos escolares durante o café da manhã e lanches, muitos por falta de conhecimento sobre os malefícios a saúde, e se verificou que durante os períodos de almoço e jantar há um menor índice no consumo de ultra processados.

A pesquisa realizada por Costa e Santana em 2011 tendo como entrevistados profissionais de saúde infere que o nutricionista é o profissional mais adequado para atuar em ações de alimentação e nutrição e as patologias associadas a essas áreas. Porém, o trabalho também mostra uma visão sobre o trabalho do nutricionista estar mais relacionado a ações de combate a doenças e não necessariamente a ações de prevenção e promoção à saúde, como é proposto nos núcleos da Atenção Básica.

Para Costa, 2021, a formação acadêmica e a experiência teórico-prática do nutricionista são essenciais para que haja melhores atualizações nos modelos de gestão, aliando o conhecimento ao senso crítico de forma que se intensifique e melhore o trabalho de monitoramento da população por meio da atuação destes profissionais.

Braga, 2019, evidencia a inserção do nutricionista em posições estratégicas de tomada de decisão em políticas públicas relacionadas a alimentação e nutrição, sobretudo nas políticas de SAN em Belo Horizonte, que mais tarde vieram a se tornar referência para atuação na SAN e sendo aplicadas como políticas públicas a nível Federal, evidenciando a importância do corpo técnico especializado na área da nutrição para uma melhor avaliação e execução destes projetos.

O trabalho de Silva et al. 2021, reforça o fato do nutricionista ser o único profissional capacitado para a prescrição dietética. Além disso, evidencia a pouca confiança que demais profissionais de saúde tem de fornecer informações para a população sobre alimentação, nutrição e possíveis complicações a saúde relacionadas. Por fim, o trabalho demonstra que a ausência do nutricionista dificulta a integridade da assistência à saúde, o que pode contribuir para o aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e, portanto, aumento de gastos públicos para ações de tratamento destas patologias.

Apesar de sua integração no Sistema Único de Saúde (SUS), os conceitos propostos pela agenda de alimentação e nutrição, no entanto, precedem sua criação. Estes conceitos, cuja origem se dá na década de 1930, marcada, por um lado, pelo pensamento trabalhista do Governo de Getúlio Vargas, e por outro lado, da denúncia acadêmica pioneira de Josué de Castro, relacionando a fome e suas expressões no corpo humano a desigualdades sociais, oriundas de um modelo econômico injusto e segregacionista (JAIME et al. 2012).

Foi a partir de 1939 que os primeiros cursos de alimentação e nutrição foram identificados para a formação dos profissionais (Nutricionistas, Nutrólogos, entre outros), e só então foi-se definido limites de autonomia e competência distintas entre profissionais e suas especialidades (VASCONCELOS et.al, 2011).

A vigilância nutricional e a orientação alimentar incluem-se no campo de atuação do SUS, segundo a Lei Orgânica da Saúde. É a partir de sua aprovação em 1999 que se inicia a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), esta, segundo o Ministério da Saúde é a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, pela promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação (JAIME et al. 2018).

A nutrição em saúde pública é construída a partir de disciplinas como Avaliação Nutricional, Educação Nutricional, Nutrição em Saúde Pública e Epidemiologia, como bases para a atuação do nutricionista nesta área, onde há uma maior necessidade de oferta dessas disciplinas durante a formação do profissional, visando o conhecimento e a capacidade de lidar com os problemas nutricionais presentes no contexto e realidade do Sistema Único de Saúde (SUS) (RECINE et al. 2012).

A ações de educação alimentar e nutricional no âmbito da atenção básica são de fundamental importância na prevenção às Doenças Crônicas Não Transmissíveis, visto que, classifica os alimentos de acordo com o grau de processamento, qualidade dos mesmos e não apenas nos nutrientes que os compõem, sendo isso a base da pirâmide alimentar que representa no Brasil e em muitos países um item de extrema importância na educação e promoção de uma alimentação saudável (CASTRO, 2015).

A PNAN foi atualizada com uma nova edição em 2013, apresentando-se com o propósito de melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde da população, afim de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional, através da promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, bem como atuar na prevenção e cuidado dos agravos relacionados à alimentação e nutrição (FRANÇA et al. 2017).

O nutricionista do NASF-AB tem como ação profissional comprometer-se e conhecer a realidade epidemiológica brasileira e das estratégias e ferramentas de ação em saúde coletiva disponíveis, sendo responsável pelas ações de alimentação, diagnóstico, promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento e assistência, levando em consideração o indivíduo como parte de um contexto familiar e de

comunidade, respeitando as culturas e tradições do ambiente ao qual está inserido (MAFFEI et al. 2020).

O campo da alimentação e nutrição assume cada vez mais o seu caráter complexo e interdisciplinar, acolhendo as diversas dimensões da cultura alimentar. A segunda versão do Guia Alimentar Para População Brasileira, assim como outros documentos desta temática, circula noções sobre o ato de consumir comida de verdade, culinária, conceitos sobre a relação entre o alimento e saúde, entre outros, assim, destacando o comer como um ato político (AMPARO-SANTOS; DIEZ-GARCIA, 2021).

De acordo com profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) em Vitória de Santo Antão-PE, a presença de nutricionistas nas equipes impacta num maior respaldo para a população, com função particular de detectar riscos nutricionais e apoiar a equipe multiprofissional. Esse posicionamento reflete no pensamento de que o nutricionista está especificamente inserido no atendimento secundário, na ação direta contra as patologias e não na promoção de saúde e prevenção de doenças, o que caracteriza a atenção básica (COSTA; SANTANA, 2011).

Além disso, de acordo com Costa, 2021, reforça-se a necessidade de uma maior inserção dos nutricionistas em formação, ou seja, acadêmicos de nutrição, na atenção básica, afim de abranger os conhecimentos técnico-científicos aliados à prática, em busca de um maior entendimento de qual é o papel atribuído à sua futura profissão neste espectro da saúde pública, seja em estágios supervisionados ou na residência.

A partir disto, é evidente a capacidade de gerência e gestão pública do próprio nutricionista nesse segmento, bem como melhor atuação nas intervenções e ações educativas, sem deixar de fora novos modelos de atuação na área, intensificando a qualidade e abrangência do monitoramento social e de futuros projetos relacionados a alimentação e nutrição (COSTA, 2021).

A inserção do nutricionista a partir do contexto da educação nutricional em Belo Horizonte, sobretudo na gestão do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se mostrou altamente efetiva na capacitação das equipes multidisciplinares e educação para os usuários desses serviços. Além da inserção direta dos nutricionistas nas equipes, as escolhas dos corpos técnicos dentro das experiências de gestão tiveram influência nas

decisões do Governo Federal durante a gestão de Luís Inácio Lula da Silva, trazendo esta experiência de boas práticas de gestão dos programas e ações realizadas no município para o âmbito nacional (BRAGA, 2019).

A participação do setor da saúde é indispensável na tomada de decisões dentro da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), para que seja priorizada pela agenda governamental e dessa forma, que seja possível alcançar seus objetivos de construção, implementação e monitoramento estabelecidos pela mesma, utilizando de estratégias de promoção a saúde e consolidação da SAN (RIGON et.al, 2016).

No entanto, apesar de contextos históricos positivos em políticas públicas em alimentação e nutrição, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), os profissionais de saúde das demais especialidades, em sua maioria (cerca de 80%), afirmam não se sentirem capacitados para dar orientações nutricionais à população, justificando a presença do nutricionista nas unidades, das quais em muitos casos, encontram-se em falta na quantidade ou ausência total, sobretudo em áreas da periferia e zonas do interior dos estados. Além disso, as estruturas físicas dos locais, bem como seu acesso dificultam o acesso à informação e prevenção às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) (SILVA et al. 2021).

Ainda de acordo com esses autores, essa linha de pensamento se reforça após o início da pandemia da COVID-19, sendo ainda mais necessária a presença do nutricionista nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na atenção primária em geral, afim também de contribuir com informação de qualidade, tendo em vista que notícias falsas ganharam espaço significativo nos últimos anos. Diante deste cenário, o nutricionista, portanto, se faz necessário inclusive como agente de combate à desinformação no contexto da alimentação e nutrição, o que também acaba por colaborar vigorosamente na prevenção das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) (SILVA et al. 2021).

8. CONCLUSÃO

No Brasil, há décadas que a Nutrição vem se mostrando cada vez mais presente e efetiva em conjunto com diversas áreas de saúde, sejam elas parte de instituições privadas ou públicas. É de conhecimento geral a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) e todos os planos de ação a partir dele executados. É neste sistema que a importância dos nutricionistas e sua influência na saúde da

população se destaca, com alto grau de importância no combate às Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNTs) por meio da mudança na alimentação e hábitos, sendo este profissional o único responsável pela prescrição dietética, bem como no trabalho de educação nutricional e combate à desinformação.

A falta ou ausência de nutricionistas no local de atendimento o dificulta num espectro geral para a população, tendo em vista que fatores como a avaliação do estado nutricional, possíveis patologias relacionadas à alimentação ou a prevenção através dela, cabem em suma ao nutricionista para que se obtenha um prognóstico e após ele, que se faça o devido encaminhamento à outras especialidades da saúde, se necessário. O nutricionista é capaz de atuar efetivamente na atenção primária à saúde, com medidas preventivas e não apenas tratamento e medidas paliativas, portanto, enfatizando ainda mais sua presença em todos os setores e níveis da saúde, tendo em vista que o trabalho preventivo exercido pelo nutricionista pode não só evitar maiores danos ao estado de saúde da população, bem como reduzir custos ao estado que podem ser direcionados a outras finalidades.

É necessário, portanto, uma atenção maior quanto a pesquisa e as estatísticas apresentadas aos setores de governança no espectro dos cuidados primários da saúde, visando uma atualização mais efetiva e constante de dados por meio da gestão pública sobre a experiência com a presença do nutricionista, tanto por outros profissionais de saúde, como funcionários e usuários das unidades da atenção básica.

REFERÊNCIAS

AMPARO-SANTOS, Lígia; DIEZ-GARCIA, Rosa Wanda. Tessituras entre a Política Nacional de Alimentação e Nutrição e a educação alimentar e nutricional. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], p. 1-3, 29 out. 2021. DOI 10.1590/0102-311X00077621. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/d63hnxPFxfr4kShPp6Yzrcm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ANDRADE, Samantha Caesar *et al.* Alimentação saudável e adequada: modelos aplicáveis na prática clínica. *In*: CUPARI, Lilian *et al.* **NUTRIÇÃO CLÍNICA NO**

ADULTO. 3. ed. São Paulo: Manole, 2014. cap. 4, p. 90. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/ss1550>. Acesso em: 27 set. 2021.

ANDRETTA, Vitória *et al.* Consumo de alimentos ultraprocessados e fatores associados em uma amostra de base escolar pública no Sul do Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Sorocaba, v. 26, ed. 4, p. 1477-1488, 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.04422019>. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/YGft6xQpPJ9ccQQ9P7NQNHN/abstract/?lang=pt&forma_t=html. Acesso em: 22 set. 2021.

BORELLI, Marina *et al.* A inserção do nutricionista na Atenção Básica: uma proposta para o matriciamento da atenção nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 20, ed. 9, p. 2765-2778, 2015. DOI DOI: 10.1590/1413-81232015209.13902014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DSyYgKPG3J8jHhffWpSMvpf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BRAGA, Aline Soleane Carmo. **A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**: A inserção do nutricionista em uma política pública local. Orientador: Carolina Portugal Gonçalves da Motta. 2019. 116 p. Trabalho de Conclusão (Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental) - Fundação João Pinheiro (FJP), Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://monografias.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/2662>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. [Constituição (2017)]. **Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 24 nov. 2021.

Brasil. **Lei n.11.346, 15 de Setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. 2006 15 setembro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 18 set. 2021.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**; Brasília, DF : Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2e_d.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

CARVALHO, Verônica N. *et al.* CONSUMO DE ALIMENTOS PROCESSADOS/ULTRAPROCESSADOS E IN NATURA POR ADULTOS E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO NUTRICIONAL. **Revista Brasileira de Obesidade**,

Nutrição e Emagrecimento, São Paulo, v. 14, ed. 84, p. 66-72, 17 out. 2020. Disponível em: <http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/1172/934>. Acesso em: 16 nov. 2021.

CASTRO, Inês Rugani R. Desafios e perspectivas para a promoção da alimentação adequada e saudável no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 7-9, janeiro 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MNVN98CTxhVNM5bQBQry4Qf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CERVATO-MANCUSO, Ana Maria *et al.* A atuação do nutricionista na Atenção Básica à Saúde em um grande centro urbano. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 17, ed. 12, p. 3289-3300, 2012. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001200014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/6RgHRYxBGk9ZY6GcrfnVdjK/?lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2021.

COCKERHAM, William C. *et al.* The Social Determinants of Chronic Disease. **Am J Prev Med.**, [s. l.], v. 52, ed. 1, p. 1-14, 2017. DOI [doi: 10.1016/j.amepre.2016.09.010](https://doi.org/10.1016/j.amepre.2016.09.010). Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27989293/>. Acesso em: 9 set. 2021

COSTA, Ana Maria; SANTOS, Fausto Pereira; MELO, Eduardo Alves. Atenção Básica: Construindo a base da integralidade. **Revista Divulgação: em Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, v. 51, p. 4-7, 2014. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/12/Divulgacao-51.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

COSTA, Karla Adriana Oliveira; SANTANA, Paulo Roberto. A importância e o papel do nutricionista na Atenção Básica em Vitória de Santo Antão / PE. **Tempus – Actas De Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 5, ed. 4, p. 67-85, 2011. DOI <https://doi.org/10.18569/tempus.v5i4.1058>. Disponível em: <https://www.tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/1058/966>. Acesso em: 22 mar. 2022.

COSTA, Melyssa de Souza e Silva. DIÁLOGOSSOBRE A RELEVÂNCIA DO NUTRICIONISTA NA ATENÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO NARRATIVA. **RECIMA21-REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR**, Rio de Janeiro, v. 2, ed. 8, p. 2675-6218, 28 set. 2021. DOI <https://doi.org/10.47820/recima21.v2i8.668>. Disponível em: <https://www.recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/668/565>. Acesso em: 22 mar. 2022.

JAIME, Patrícia Constante *et al.* Ações de alimentação e nutrição na atenção básica: a experiência de organização no Governo Brasileiro. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 24, ed. 6, p. 809-824, 2011. DOI <https://doi.org/10.1590/S1415-52732011000600002>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rn/a/bsQXkg8bS43n98ZQVyLM5tM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2021.

JAIME, Patrícia Constante *et al.* Um olhar sobre a agenda de alimentação e nutrição nos trinta anos do Sistema Único de Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 23, ed. 6, p. 1829-1836, 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05392018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8qdxFgTZdX8TZKqqyGZL36R/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2021.

LINDEMANN, Ivana Loraine *et al.* Dificuldades para alimentação saudável entre usuários da atenção básica em saúde e fatores associados. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 21, ed. 2, p. 599-610, 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232015212.04262015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TTCSyRjkhGshrJsnDjTtg7j/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2021.

LIMA, Juliane Fernandes; SCHMIDT, Debora Berger. SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UTILIZAÇÃO E COBERTURA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA. **Revista Saúde e desenvolvimento**, São Paulo, v. 12, ed. 11, p. 315-333, 2018. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/articloe/view/965>. Acesso em: 27 set. 2021.

LIMA, Maria Raquel da Silva *et al.* A visão dos agentes comunitários de saúde sobre a importância do nutricionista na atenção básica. **Brazilian Journal of health Review**, Curitiba, v. 2, ed. 6, p. 6041-6049, 2019. DOI <https://doi.org/10.34119/bjhrv2n6-098>. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/5566>. Acesso em: 27 set. 2021

MAFFEI, Luana Martins *et al.* Avaliação de usuários com Diabetes mellitus tipo 2 sob intervenção uni ou interprofissional na atenção básica. **Revista de Saúde Pública**, Paraná, v. 3, ed. 2, p. 74-93, 2020. DOI [DOI10.32811/25954482-2020v3n2p74](https://doi.org/10.32811/25954482-2020v3n2p74). Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/388/179>. Acesso em: 16 ago. 2021.

MAIS, Laís Amaral *et al.* FORMAÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES E PROMOÇÃO DA SAÚDE E NUTRIÇÃO: O PAPEL DO NUTRICIONISTA NOS NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF. **Rev. APS**, São Paulo, v. 18, ed. 2, p. 248-255, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15484>. Acesso em: 24 ago. 2021.

MALTA, Deborah C. *et al.* Doenças Crônicas Não Transmissíveis e fatores de risco e proteção em adultos com ou sem plano de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.],

p. 2973-2983, 5 ago. 2020. DOI 10.1590/1413-81232020258.32762018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020258.32762018>. Acesso em: 16 nov. 2021.

MARQUES, Rayane Jeniffer Rodrigues *et al.* ANÁLISE DO TRABALHO EM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL PARA AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA. **TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE**, Rio de Janeiro, v. 18, ed. 1, p. 1-17, 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00241>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/c8bGmyHvhgKmbZ73dQprKcN/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2021.

MATTOS, Priscila Fontes; NEVES, Alden dos Santos. A Importância da Atuação do Nutricionista na Atenção Básica à Saúde. **Revista Práxis**, Volta Redonda / RJ, ano 1, n. 2, p. 6041-6049, 2009. Disponível em: <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/praxis/article/view/869>. Acesso em: 20 set. 2021.

MELO, Milena Petters; BURCKHART, Thiago. DESAFIOS DO CONSTITUCIONALISMO NO SÉCULO XXI: A SOBERANIA ALIMENTAR COMO GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DIREITO FUNDAMENTAL À ALIMENTAÇÃO. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto-SP, v. 29, ed. 3, p. 225-243, 2020. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/1523/1753>. Acesso em: 12 nov. 2021.

NASCIMENTO, Fabiana Alves; SILVA, Sara Araújo; JAIME, Patricia Constante. Cobertura da avaliação do estado nutricional no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional brasileiro: 2008 a 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 33, ed. 12, 2017. DOI [doi: 10.1590/0102-311X00161516](https://doi.org/10.1590/0102-311X00161516). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/p8MCGwRtvvBQMMyvx5RZkXmR/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2021.

NEIS, Monique *et al.* A importância do nutricionista na atenção básica à saúde. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 46, ed. 2, p. 399-414, 2012. DOI <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2012v46n2p399>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2012v46n2p399>. Acesso em: 24 ago. 2021.

PACHECO, Pauline Müller; RAMOS, Maurem. Nutricionista em atenção básica: a visão do usuário. **Demetra: Alimentação, nutrição e saúde**, Porto Alegre, v. 9, ed. 2, p. 438-501, 2014. DOI <http://dx.doi.org/10.12957/demetra.2014.9558>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/9558>. Acesso em: 29 set. 2021.

PINTO, Emanuella Magagna Amaro *et al.* Percepção dos Usuários do Sistema Único de Saúde frente a atuação do nutricionista. **Revista Conexão Ciência**, [s. l.], v. 16, ed. 2, 2021. DOI <https://doi.org/10.24862/cco.v16i2.978>. Disponível em: <https://periodicos.uniformg.edu.br:21011/ojs/index.php/conexaociencia/article/view/978>. Acesso em: 12 nov. 2021.

RECINE, Elisabetta *et al.* A formação em saúde pública nos cursos de graduação de nutrição no Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, p. 21-33, 10 jan. 2012.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rn/a/YmJcNhHgHbwXyvYfmSQM96s/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 11 abr. 2022.

RIGON, Silvia Do Amaral *et al.* Desafios da nutrição no Sistema Único de Saúde para construção da interface entre a saúde e a segurança alimentar e

nutricional. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 1-9, Março 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/vNtV8z7bVn9JNm9RLzRhQQz/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 19 abr. 2022.

RODRIGUES, Livia Penna Firme; RONCADA, Maria José. Educação nutricional no Brasil: evolução e descrição de proposta metodológica para escolas. **Comunicação e Ciências da Saúde**, Brasília, v. 19, ed. 4, p. 315-322, 2008. Disponível em:

[https://docplayer.com.br/7181913-Educacao-nutricional-no-brasil-evolucao-e-](https://docplayer.com.br/7181913-Educacao-nutricional-no-brasil-evolucao-e-descricao-de-proposta-metodologica-para-escolas.html)

[descricao-de-proposta-metodologica-para-escolas.html](https://docplayer.com.br/7181913-Educacao-nutricional-no-brasil-evolucao-e-descricao-de-proposta-metodologica-para-escolas.html). Acesso em: 26 set. 2021.

SATO, Tatiana de Oliveira *et al.* Doenças Crônicas não Transmissíveis em Usuários de Unidades de Saúde da Família - Prevalência, Perfil Demográfico, Utilização de

Serviços de Saúde e Necessidades Clínicas. **Revista Brasileira de Ciências de**

Saúde, [s. l.], v. 21, ed. 1, p. 35-42, 2017. DOI DOI:10.4034/RBCS.2017.21.01.05.

Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/view/26510/16433>.

Acesso em: 9 set. 2021.

SILVA, Edlaine Alves *et al.* A IMPORTÂNCIA DO NUTRICIONISTA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO

TRANSMISSÍVEIS. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E**

Educação, São Paulo, v. 7, ed. 10, p. 1539-1546, 30 out. 2021. DOI

<https://doi.org/10.51891/rease.v7i10.2679>. Disponível em:

<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2679/1069>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SILVA, Maria Anielly Pedrosa *et al.* Atenção Básica em Alagoas: expansão da Estratégia Saúde da Família, do Nasf e do componente

alimentação/nutrição. **SAÚDE DEBATE**, Rio de Janeiro, v. 38, ed. 103, p. 720-732,

2014. DOI <https://doi.org/10.5935/0103-1104.20140066>. Disponível em:

[https://www.scielo.br/j/sdeb/a/cyYvvtK33NZc4vhRVd3mgwG/abstract/?lang=pt&form](https://www.scielo.br/j/sdeb/a/cyYvvtK33NZc4vhRVd3mgwG/abstract/?lang=pt&format=html)

[at=html](https://www.scielo.br/j/sdeb/a/cyYvvtK33NZc4vhRVd3mgwG/abstract/?lang=pt&format=html). Acesso em: 18 set. 2021.

Sociedade Brasileira de Cardiologia. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial.

Arquivos brasileiros de Cardiologia. 2016; 107(3 Supl 3): 1-83. Disponível em:

http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.pdf

. Acesso em: 04 out. 2021.

VASCONCELOS, Francisco de Assis G.; FILHO, Malaquias Batista. História do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil. **Ciências & Saúde Coletiva**, Santa Catarina, p. 81-90, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/D8FZJPZRjRtfsQkBjKcysyq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2022.

WISSNER, Maria Andrea. **Doenças Crônicas Não Transmissíveis: adotando práticas de educação em saúde em Diabetes e Hipertensão na realidade de Salvador - BA**. Orientador: Prof.^(a) Luciana Contrera Moreno. 2014. 51 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Atenção Básica em Saúde da Família) - Fundação Oswaldo Cruz - Unidade Cerrado Pantanal, Mato Grosso do Sul, 2018. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/10112/1/PI%20%20Maria%20Andrea%20Wissner.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.